

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, na sua versão atualizada.

Código do Procedimento Administrativo  
Código Penal

Data 2024-10-31

## AVISO

### ENCERRAMENTO POR INICIATIVA DA ENTIDADE RESPONSÁVEL DE UM ESTABELECIMENTO DE APOIO SOCIAL SEM DENOMINAÇÃO SITO NA RUA DE CABO VERDE, N.º8, AGUALVA CACÉM

Após ação de inspeção realizada pela Unidade de Fiscalização de Lisboa e Vale do Tejo em 2024-05-24, a entidade responsável procedeu ao encerramento voluntário do estabelecimento de apoio social denominado "Nuvem de Riso", com as seguintes características:

- exerce a atividade de Creche;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a propriedade de Edneia Larisa Oliveira Tavares;
- está instalado em Rua de Cabo Verde n.º8B em Agualva do Cacém (2735-245 Agualva Cacém).

Artigos 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007

#### Porque pretendíamos ordenar o encerramento do estabelecimento

O Instituto da Segurança Social, através do Despacho do/a Diretor/a da Unidade de Fiscalização de Lisboa e Vale do Tejo, de 2024-06-26, manifestou a intenção de ordenar o encerramento, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

Artigos 35.º, 36.º, do Decreto-Lei n.º 64/2007

#### Porque foi terminado o procedimento de encerramento do estabelecimento

Em comunicação anterior, informámos que o procedimento de encerramento poderia ser extinto (terminado) se recebêssemos provas claras da cessação da atividade de apoio social. Tendo recebido essas evidências, o Instituto da Segurança Social, decidiu extinguir o referido procedimento.

Artigo 95.º do Código do Procedimento Administrativo

#### Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, a entidade responsável será sujeita a procedimento criminal pelos crimes de falsas declarações e de desobediência.

Artigo 360.º e alínea b) do artigo 348.º do Código Penal

A extinção do procedimento de encerramento não significa que não possa haver lugar a outros procedimentos destinados a aplicar sanções previstas na lei.

#### Local e prazo de afixação do aviso

Este aviso deve estar afixado durante 30 dias na entrada principal de acesso ao estabelecimento.

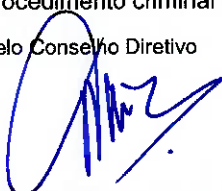
N.º 3 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 64/2007

#### Consequência da não afixação do aviso

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

Artigos 347.º e 357.º do Código Penal

Pelo Conselho Diretivo



Octávio Félix de Oliveira  
Presidente